

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.651 - SC (2020/0015702-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : COOPERATIVA DE ALIMENTOS E AGROPECUARIA TERRA VIVA**  
**AGRAVANTE : EMPRESA DE TRANSPORTES E COMERCIO STEFANI LTDA**  
**ADVOGADOS : MARLON CHARLES BERTOL - SC010693**  
**SÉRGIO DALBEN - SC006329**  
**AGRAVADO : AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC**  
**ADVOGADOS : PAULO MURILLO KELLER DO VALLE - SC005440**  
**DÉBORA BIERMANN - SC016851**  
**FERNANDA LAMERS GRUNITZKY - SC036596**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por COOPERATIVA DE ALIMENTOS E AGROPECUÁRIA TERRA VIVA e OUTRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL. LEI N. 9.514, DE 20.11.1997. DECISÃO QUE DEFERIU A TUTELA DE URGÊNCIA PARA SUSPENDER O SEGUNDO LEILÃO DO IMÓVEL OFERECIDO EM GARANTIA DO CONTRATO. APARÊNCIA DO BOM DIREITO NÃO DEMONSTRADA. ALEGAÇÃO DE QUE O IMÓVEL LEVADO A LEILÃO TERIA SIDO SUB-AVALIADO QUE PERDEU SEU SENTIDO SE O PRIMEIRO LEILÃO OCORREU E NÃO HOUVE LICITANTE INTERESSADO. COMPROVANTES DE PAGAMENTOS PARCIAIS REALIZADOS EM FAVOR DA AGRAVANTE QUE NÃO IDENTIFICAM A DÍVIDA QUITADA E, TAMPOUCO, BASTAM PARA A SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO, ATÉ PORQUE OS ENCARGOS CONTRATUAIS DISCUTIDOS SÃO, APARENTEMENTE, DEVIDOS E NENHUM VALOR FOI DEPOSITADO EM JUÍZO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DECISÃO REVOGADA. RECURSO PROVIDO. (fls. 55).

Os recorrentes alegam violação dos arts. 300 do CPC e 27, §§ 2º e 2º-B, da Lei n. 9.514/97, no que concerne à ilegalidades de leilão extrajudicial, diante de valores da dívida e do imóvel, estando presentes os requisitos para manutenção da tutela de

# *Superior Tribunal de Justiça*

urgência que suspendera a praça.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente